

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE FILOSOFIA**

VALDIR CARNEIRO SILVA

A NATUREZA HUMANA: O INSTINTO E A RAZÃO EM DAVID HUME

**CAMPINAS
2022**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE FILOSOFIA**

VALDIR CARNEIRO SILVA

A NATUREZA HUMANA: O INSTINTO E A RAZÃO EM DAVID HUME

Trabalho de pesquisa monográfica apresentado à disciplina de trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia, para obtenção do grau de Bacharel e filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a orientação do Prof. Me. Marcos José Alves Lisboa

**CAMPINAS
2022**

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

121.3
S586n

Silva, Valdir Carneiro

A natureza humana: o instinto e a razão em David Hume / Valdir Carneiro Silva. -
Campinas: PUC-Campinas, 2022.

45 f.

Orientador: Marcos José Alves Lisboa.

TCC (Bacharelado em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas, Faculdade de Filosofia, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas,
Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Razão. 2. Instinto. 3. Inteligência. I. Lisboa, Marcos José Alves . II. Pontifícia
Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Filosofia. III. Título.

CDD - 22. ed. 121.3

VALDIR CARNEIRO SILVA

A NATUREZA HUMANA: O INSTINTO E A RAZÃO EM DAVID HUME

Trabalho de pesquisa monográfica apresentado à disciplina de trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia para obtenção do grau de Bacharel em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sob a orientação do Prof. Me. Marcos José Alves Lisboa.

Trabalho julgado e aprovado pelo docente responsável em __/__/__

Prof. Me. Marcos José Alves Lisboa

Dedico este trabalho a todos os estudantes de filosofia que quebraram suas correntes e buscam ser exímios eternos buscadores do saber.

AGRADECIMENTOS

Ao final do curso de filosofia, compreendo que este trabalho, na verdade, serve para concluir somente mais uma etapa na eterna busca dessa caminhada pelo saber. Ao sair deste curso de filosofia, entendo claramente que as dúvidas são ainda maiores das de que quando entrei e isto é claramente sinal que valeu cada minuto percorrido nessa busca pelo saber. Entendo que jamais chegarei às respostas para todas as minhas perguntas.

Assim sendo, o que me resta fazer é agradecer primeiramente a Deus, razão do meu existir, e, em segundo, à Pontifícia Universidade Católica de Campinas, por ter me proporcionado tamanho arcabouço para meu crescimento humano e intelectual. Agradeço, ainda, aos professores, amigos e colaboradores que contribuíram para a concretização de mais um degrau em minha vida, em especial aos professores Aquiles Von Zuben e Marcos Lisboa, pela inestimável amizade e orientação. Também reconheço imensamente o esforço dos irmãos do Seminário São Clemente em Campinas, pela paciência e dedicação em dividir as horas de crise, estudos e descontração. Em especial, sou grato ao irmão de caminhada João Teobaldo e João José OMI pela ajuda no aprimoramento espiritual. Agradeço pela amizade meus fraternos companheiros na vida comunitária: Marco Aurélio, Rafael Lucas, Lucas Oliveira, Natan Augusto, Jean Gilson, Arilson Denner, Rafael Jr, Everton Machado, Bruno e Jefferson.

Agradeço também aos formadores da caminhada aqui em Campinas em nome da Congregação do Santíssimo Redentor, por terem me proporcionado o aprimoramento espiritual, humanístico e profissional: ao Pe. Rogério Ramos por ter me acolhido no primeiro ano de seminário e aos Padres Gabriel Mariano, Jerônimo Colombo e João Paulo Oliveira pela orientação, paciência e amizade. Agradeço também às colaboradoras Gorete, Vanda e Elisângela que tanto contribuíram para o alimento do corpo e pelas nossas roupinhas limpas e boas risadas e aos colaboradores Raí e Carlos por zelarem pela segurança da casa enquanto dormíamos: este trabalho também é de vocês!

Por fim e não menos importante, agradeço ao meu pai, Edgar, e à minha mãe, Dilva, por terem me dado o dom mais importante, o da vida, e por terem me apoiado em minha vocação. Dedico também esses agradecimentos às minhas irmãs, Kelley, Sílvia e Edilma, e aos meus sobrinhos e minha sobrinha, pois foi com vocês que cheguei até aqui.

“Todas as cores da poesia, por esplêndidas que sejam, não serão jamais capazes de retratar os objetos de tal maneira que se tome a descrição por uma paisagem real, e o mais vívido pensamento será sempre inferior à mais obtusa das sensações.” (Hume)

RESUMO

SILVA, Valdir Carneiro. **A Natureza Humana**: O instinto e a razão em D. Hume. Trabalho de Conclusão de curso de Bacharelado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2022.

Indiscutivelmente, David Hume é um dos mais importantes filósofos do empirismo, tendo contribuído, de maneira significativa, no que diz respeito ao desenvolvimento epistemológico da metafísica, da psicologia, da moralidade e da teoria estética. A partir da leitura de sua obra o *Tratado da natureza humana*, pudemos analisar e compreender o porquê de o ser humano ser dotado de razão intelectual e os animais não. Hume vê os seres humanos como criaturas sociais e ativas, que são influenciadas por motivos e sentimentos. O autor também enfatiza o comportamento racional, ao invés das partes ativas das nossas naturezas, que se empenham em formar seu entendimento além de cultivar suas maneiras. O filósofo compara, ainda, as faculdades cognitivas humanas com as dos animais, com o objetivo de experimentar sua teoria epistemológica acerca da causalidade e mostra, com isso, que qualquer inferência, seja humana ou animal, não depende explicitamente da razão, e sim de algo como uma espécie de “instinto natural”. Ao analisarmos o seu pensamento com relação à razão nas diferentes espécies, notamos que ele nega que a capacidade de raciocinar de forma causal seja proveniente da razão. Para o autor, há presença de razão nos animais não humanos, pois raciocinam casualmente. Concluímos assim que a capacidade de raciocinar nada mais é do que um instinto inerente a todos os animais e sua presença é importantíssima para que todos evoluam, dando continuidade a um complexo e intrincado quebra-cabeça evolutivo, feito a partir das “experiências” das quais o desenvolvimento epistemológico de toda forma de vida em nosso planeta depende.

Palavras-chave: Razão; instinto; intelecto; natureza.

ABSTRACT

SILVA, Valdir Carneiro. **Human Nature**: Hume on Instinct and Reason. Trabalho de Conclusão de curso de Bacharelado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, 2022.

Arguably, David Hume is one of the most important philosophers of empiricism, having contributed significantly to the epistemological development of metaphysics, psychology, morality and aesthetic theory. From the reading of the work *Treatise of Human Nature*, in order to analyze and understand to reflect why the human being is endowed with intellectual reason and animals are not. Hume sees human beings as social and active creatures, who are influenced by motives and feelings, he also emphasizes rational behavior, rather than the active parts of our natures, which strive to form their understanding in addition to cultivating their manners. The author also compares human and animal cognitive faculties with the aim of trying out his epistemological theory about causality and shows, with this, that any inference, whether human or animal, does not depend explicitly on reason, but on something, as a kind of “natural instinct”. When analyzing his thinking in relation to reason in different species, we notice that the philosopher denies that the ability to reason causally comes from reason. For the author, there is a presence of reason in non-human animals, because they reason casually. We conclude that the ability to reason is nothing more than an instinct inherent to all animals, whose presence is very important for all animals to evolve, continuing a complex and intricate evolutionary puzzle made from the “experiences” on which it depends. the epistemological development of all life on our planet.

Keywords: Reason; instinct; intellect; nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 CAPÍTULO I - O CONHECIMENTO EM HUME.....	13
2.1 O empirismo britânico	13
2.2 A filosofia de Hume	14
2.3 Impressões e ideias	15
2.4 Ideias simples e complexas	17
2.5 Ideias abstratas	17
2.6 A imaginação.....	18
3 CAPÍTULO II - O SABER DE HUME E A RAZÃO	20
3.1 Razão dos animais.....	20
3.2 Relação sistemática entre o homem e o animal.....	22
3.3. O instinto natural no conhecimento do mundo	24
3.4. O hábito: A gênese da natureza.....	25
3.5. Relação causal entre homem e animal	27
3.6 A razão	30
4 Capítulo III - O ENTENDIMENTO HUMANO.....	32
4.1 Caráter epistemológico entre o homem e o animal.....	32
4.2 Hábito ou costume	34
4.3 Do amor e do ódio dos animais	36
4.4 Ciência da natureza humana.....	39
5 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS.....	43

1 INTRODUÇÃO

Desde os pré-socráticos da Grécia antiga até os dias de hoje, o filosofar sempre passou pela nossa capacidade de raciocinar e criar ideias experienciadas pelo domínio do devir humano, passando pela capacidade de decodificar símbolos, pela criação da linguagem e do entendimento e pela razão. Esse ato era entendido pelos gregos como o *logos* de onde nascia um princípio julgador de prudência (*phronesis*) que se tornava uma importante atividade mental, garantidora do aperfeiçoamento da humanidade.

O homem é definido como *Homo sapiens*, porém, temos que compreender o que queremos dizer com *sapiens* (do latim sábio). Ao pensarmos por uma ótica que usamos os melhores meios de raciocinar para obtermos alimento e garantir nossa sobrevivência, somos de certa forma imbuídos por um atributo atávico da espécie humana, a razão.

Pensando assim, o presente trabalho parte das contribuições filosóficas de David Hume, em sua obra *Tratado da natureza humana*.¹ A metodologia partira de uma abordagem hermenêutica-fenomenológica sobre a razão humana no que tange às capacidades cognitivas do ser humano, contrapondo-se ao instinto dos animais.

De início, apresentaremos como David Hume entende e apresenta para nós a síntese do pensamento empirista do século XIX, que tanto contribuiu para o desenvolvimento epistemológico da metafísica e da psicologia, aprimoradas também no campo da moralidade e da estética, a fim de entendermos como refletia o filósofo sobre o pensar cognitivo fundamentado dentro da maneira de como obtemos as ideias, a imaginação e a razão a partir das experiências que impactam a todo momento, tanto ao homens como os animais.

Compreenderemos como Hume dialoga entre a razão humana e a animal, frisando quais as principais diferenças em relação à forma de pensar entre as duas espécies. Por fim, abordaremos o caráter da epistemologia de Hume no que conceme aos limites do conhecimento humano, através das relações que se estabelecem entre humanos e animais no que diz respeito à maneira como o entendimento dialoga entre as

¹ *Tratado da Natureza Humana* é considerada pelos especialistas a principal obra do filósofo empirista escocês David Hume, sendo publicada em 1739-1740 e tendo a escrita inicialmente na Inglaterra e posteriormente na França. Alcançou notória importância na história da filosofia, especialmente na filosofia moderna.

polaridades tradicionais do processo cognitivo dentro de uma teoria do conhecimento. Em suma, procuraremos entender qual é a principal diferença entre a razão humana e o instinto animal. Hume teoriza, em suas explicações, que o conhecimento causal é um instinto natural, ou seja, um hábito.

Na época de Hume, muitos outros pensadores o taxaram de ateu, porém, ele contribuiu bastante para a filosofia moral dos escritos de Adam Smith², como também influenciou pensadores como Immanuel Kant e Charles Darwin. Sua influência reflete a riqueza e o brilhantismo de suas ideias, tanto que influenciou e continua influenciando pensadores no mundo todo. Na contemporaneidade, o filósofo é lembrado como o primeiro a implantar o pensamento naturalista filosófico, bem como as ciências cognitivas.

² Adam Smith (1723-1790) foi um economista e filósofo social do iluminismo escocês e é considerado o pai da economia moderna.

2 CAPÍTULO I - O CONHECIMENTO EM HUME

Neste capítulo inicial, iremos apresentar o conhecimento de David Hume, filósofo de grande importância para o pensamento empirista do XVIII e que contribuiu, de maneira significativa, no que diz respeito ao desenvolvimento epistemológico da metafísica, da psicologia, da moralidade e da teoria estética. Apresentaremos pontos para entender como pensava o filósofo sobre a questão do nascimento de um pensar cognitivo e buscaremos expor seu pensamento sobre o fundamento do pensar humano que, segundo ele, não está na razão, mas sim na experiência, na repetição, embasada nas raízes profundas do empirismo Britânico.

2.1 O empirismo britânico

O termo filosofia empírica (*empeiria*) vem do grego e quer dizer experiência. Contudo, somente ganhou uma melhor formulação sistemática e metodológica para uma crítica consciente pelo filósofo John Locke no século XVII. O empirismo admite que o conhecimento somente pode ser obtido pelas experiências. Entendemos aqui experiências não como aplicabilidades metodológicas em experimentos científicos de hoje, mas sim algo relativo aos sentidos. Locke buscou entender qual é o começo, a função e até onde o entendimento humano alcança. Então, ele inicia criticando a teoria cartesiana de sujeito como substância, pois, para ele, a nossa mente funciona como uma “tábula rasa”, ou seja, uma folha em branco onde são adicionadas as letras e as figuras, conforme vamos experimentando mais sensações pelos nossos sentidos.

Hume foi um profundo conhecedor das obras de Locke e é um dos últimos gigantes dos "empiristas britânicos". Foi conhecido em sua época como um ensaísta e historiador. O filósofo admite seu ceticismo, pois, ao escrever seu livro, *Tratado da Natureza Humana*, traça limites mais tênues no que diz respeito à forma como entendemos o mundo. Ao se aprofundar ainda mais, afirmou que estamos sobre o jugo de nossos sentidos e hábitos, reduzindo nosso saber a simples probabilidades. Como empirista, Hume destrói o pensamento metafísico, pois, para ele, não se pode pensar sobre princípios *a priori* para justificar o conhecimento.

Como dissemos anteriormente, para o autor, conhecimento se dá pelas sensações que nos impactam, sejam elas externas ou internas. Ele parte de um ceticismo, de uma moral do sentimento uma vez que são as paixões que determinam o que queremos e não a razão. Assim sendo, nosso agir moralmente está sobre a égide de nosso sentimento que aprova ou desaprova os nossos atos e, conseqüentemente, suscita em nós sensações de medo, alegria, ódio ou repulsa. Os atos morais requerem juízos de valor que ajudam a discernir o que é bom e mau. A razão é usada para discernir o que é verdadeiro ou falso.

2.2 A filosofia de Hume

Segundo Lunardi (2018, p.108), Hume afirma que, “ao pretender explicar os princípios da natureza humana, estamos de fato propondo um sistema completo de ciências”. O alicerce sólido das ciências é a ciência do homem, pois elas são objetos que aprimoram o conhecimento humano ao mesmo tempo em que esse conhecimento as delibera por meio de suas faculdades cognitivas. Dessa ciência, nasce o fundamento sólido formado pela experiência.

No início de sua obra *Tratado da Natureza Humana*, Hume exemplifica um pouco sobre a filosofia moral. O autor diz que se a personagem bíblica Adão fosse criada somente por seu entendimento, mas sem passar pela experiência, ela nunca seria capaz de suscitar racionalmente a causa e o efeito (HUME, 2000, p. 650-651). Assim sendo, a metodologia que se adequa à filosofia moral é a experimentação, pois, ao julgar, as ações humanas deliberam com base em leis máximas quando raciocinamos no que diz respeito aos objetos externos (HUME, 2000, p. 403).

Então, o método adequado em filosofia moral é o experimental, ou seja, ao julgar as ações humanas, devemos proceder com base nas mesmas máximas que quando raciocinamos, pois, segundo Hume, “quando consideramos quão adequadamente se ligam as evidências natural e moral, formando uma única cadeia de argumentos, não hesitaremos em admitir que elas são da mesma natureza e derivam dos mesmos princípios” (HUME, 2000, p.90).

Ao nos aprofundarmos nas interpretações sobre o pensamento do autor, encontramos várias hipóteses que, aparentemente, consideram que o pensamento dele está baseado em uma filosofia cética. Partindo desse pressuposto, ele estaria dedicado em mostrar que, pela forma como nós pensamos, somos sempre arrastados pela razão em levantar várias hipóteses e questionamentos. Ao se reconhecer até onde vai a perspectiva racional, mostrando quase tudo aquilo em que acreditamos, não se pode encontrar justificativa na racionalidade para alcançarmos o saber. Hume acreditava que no âmbito da especulação e da teoria somos sempre impelidos ao ceticismo, portanto, não alcançaremos a certeza de nenhum fato já que as verdades estariam sempre fora de nossa percepção cognitiva (CONTE, 2010, p. 211-236).

Ao explicarmos a teoria do conhecimento, não podemos deixar de citar Hume. Ao que se refere ao método experimental, ele diferencia claramente a metafísica como sinônimo de raciocínios vagos, pois toda a filosofia do pensamento, para ele, está edificada sobre uma intrincada junção de sensações e experiências que interferem no pensamento sobre a natureza humana. Não obstante, ele tenta exemplificar os processos de funcionamento da mente humana e o seu quadro estrutural.

Dutra (2018) exemplifica que o pensador sustenta que os conteúdos da mente humana são facilmente impactados pelas análises empíricas, ou seja, passa pelo crivo experimental da mente humana. E é aí que o filósofo pretende responder às questões, tais como: Como que as ideias se formam em nossa mente? Como que a mente humana se comporta? Há algum controle sobre as ideias humanas? Hume inaugura o que podemos dizer ser os primeiros passos para o que mais tarde se tornaria um singular estudo da psicologia humana.

2.3 Impressões e ideias

Segundo Conte (2010), partindo de uma explicação das ideias centrais da ciência da natureza humana de Hume, todo o conhecimento que se refere ao mundo é fundado nas impressões mentais que podem ser divididas em duas classes: “impressões e ideias”. Para o pensador, as impressões são as sensações mais vívidas e fortes que obtemos pelas experiências, ou seja, por tudo aquilo que sentimos pelo paladar, pelo olfato, pelo

tato, pela audição e pela visão. Nessa classe, entram, também, as sensações internas, como paixões, desejos e emoções.

Para Hume, já as ideias são imagens da impressão, uma reflexão da impressão. Aquilo que tocamos, comemos e ouvimos torna a realidade que nos cerca, portanto, seriam impressões muito fracas. Sentir a impressão do gosto de uma maçã é bem mais vívida em nossa mente se já tivemos a experiência de comermos tal fruta. Por isso, ao explicarmos para uma pessoa que nunca comeu uma maçã na vida o seu sabor, ela terá uma impressão de gosto diferente. Tudo depende do grau de intensidade e da anterioridade da impressão em relação às ideias. Reforçando a afirmação da dependência que as ideias têm das impressões, o pensador afirma que:

Para saber de que lado se encontra essa dependência, considero a ordem da sua primeira aparição; e descubro, pela experiência constante, que as impressões simples sempre antecedem suas ideias correspondentes, nunca aparecendo na ordem inversa. Para dar a uma criança uma ideia do escarlate ou do laranja, do doce ou do amargo, apresento-lhe os objetos, ou, em outras palavras, transmito-lhe essas impressões; mas nunca faria o absurdo de tentar produzir as impressões excitando as ideias. Nossas ideias, ao aparecerem, não produzem impressões correspondentes; tampouco percebemos uma cor ou temos uma sensação qualquer simplesmente por pensar nessa cor ou nessa sensação. (HUME, 2009, p. 212).

Então, segundo o filósofo, não temos como pensar em uma coisa, cuja origem não tenha nos deixado antes uma impressão mental. Isso nos leva a pensar que existe um “primeiro princípio” da ciência da natureza humana, e que hoje conhecemos por “princípio de cópia “segundo [o qual] todas as ideias que temos são antes impregnadas por corresponder a uma forte e necessária impressão (CONTE, 2010. p. 211-236). As impressões apresentam maior grau de vivacidade, já a ideia se torna algo fraco daquilo que foi deixado pela impressão. Com isso posto, Hume se sente livre para efetuar a diferença entre sentir e pensar (HUME, 2000, p. 31).

As impressões são responsáveis por dar a vivacidade impactada na nossa mente. A ideia já nos coloca em um marco de ordem temporal com que nos apresentam, assim sendo, as impressões se resumem em todas as nossas percepções que acontecem de fato. As ideias são percepções menos vivas daquilo que já experienciamos pela sensação.

2.4 Ideias simples e complexas

No que diz respeito às ideias simples e complexas, Hume percebe que a nossa mente, além de ser dotada da faculdade de imaginação, também consegue memorizar e reproduzir as ideias, sendo também capaz de combinar várias ideias entre si de diferentes modos. Isso nos mostra uma capacidade que chamamos de princípio de cópia e que somente se aplica às impressões e às ideias simples, excluindo as ideias complexas que somente podem ser formadas pela capacidade de imaginação.

A nossa capacidade de transpor, compor, aumentar ou diminuir os objetos que só podem ser fornecidos com as experiências dos sentidos são reduzidas à força criativa, fruto da mente humana. Não obstante, mesmo que o pensar humano transpareça ser dotado de liberdade infinita, sob uma ótica mais cuidadosa, perceberemos que o pensamento está, na realidade, preso a um círculo bastante circunscrito. Todo poder criador baseado na natureza da filosofia de Hume nos mostra que nossa capacidade de raciocinar consiste unicamente na capacidade de transpor, compor, aumentar ou diminuir os objetos oriundos dos sentidos que as experiências nos oferecem (HUME, 2010, p.200).

Portanto, para o filósofo, qualquer ideia tem sua raiz em uma impressão. Assim sendo, qualquer suposta liberdade de pensamento, versado em criar as mais insólitas imagens, nada mais é do que uma aparente liberdade, ou seja, uma inautêntica liberdade, pois toda ideia criada pelo homem é fundada em suas impressões.

2.5 Ideias abstratas

Ao nos perguntar como acontecem as nossas concepções mentais, podemos investigar sobre as ideias abstratas ou gerais que podem aparecer em nossa mente como gerais ou particulares. O filósofo procura entender a questão dos particulares e dos gerais, por exemplo, como imaginamos um quadrado ou um triângulo em nossa mente. Partindo da exemplificação de ideias abstratas, denominamos que elas não determinam

apenas o objeto, mas dizem respeito a uma classe de objetos com características comuns entre todos.

Em sua obra *Tratado da Natureza Humana*, Hume nos dá um exemplo da ideia geral que temos de homem: para ser ideia geral, deveria conter todas as variantes de homens – tamanho, características e idades –, tendo uma totalidade da classe de homens ou, então, se fazer presente em nossa mente como a ideia de homem sem nenhum grau de características. E aí pensaríamos que isso seria um absurdo, pois a mente não poderia conceber algo infinito para tal. Uma segunda explicação supõe que em nossas ideias abstratas não teríamos nenhum grau particular de qualidade ou quantidade. O filósofo, assim, aplica o princípio de separabilidade: tudo que é distinguível é separado pela mente e vice-versa (ROSA, 2012).

As ideias abstratas são ideias particulares em si mesmas, pois, se imaginamos um cavalo, a imagem formada em nossa mente parte da ideia que já tínhamos de um determinado cavalo. Já a ideia de um círculo parte da obtenção que tivemos, por exemplo, ao observarmos algo circular como uma roda de carro. Todo esse pensar forma em nossa mente uma imagem particular, mas a nossa mente racional vê como algo universal. Não foi algo que inferimos do nada e sim parte do costume que aplicamos aos mesmos termos para exemplificar algo semelhante, criando, em nossa mente, o hábito de ligar a ideia a um termo, analisando os objetos, segundo semelhanças com as ideias que se fazem abstratas.

2.6 A imaginação

A ciência contemporânea explica que a capacidade mental que temos para receber e decodificar símbolos e figuras que vemos – como quando imaginamos um determinado objeto que se apresenta em nossa mente como se fosse uma foto de algo que experienciamos no mundo – pode ser entendido como exercício de imaginação. Angela Coventry (2009), comentadora de Hume, diz que o que podemos captar através de nossos cinco sentidos é impregnado em nossa memória de uma maneira que podemos reconhecer com exatidão pessoas que um dia convivemos apenas por invocar sua aparência, seu cheiro ou sua voz, mesmo quando nem mesmo está mais entre nós.

Isso pode ser entendido pelas imagens que estão ligadas à nossa memória. Porém, quando, por exemplo, criamos algo em nosso retrato mental, algo que não existe e que nunca de fato existiu, estamos exercendo um ato de imaginar, criando coisas inexistentes a partir de imagens, pois, na verdade, ao acessar essas imagens, percebemos que elas não vêm da nossa memória e sabemos que isso não condiz com algo que não existe de fato.

No entanto, David Hume, sobre a imaginação, distingue memória e imaginação. Para o filósofo, as duas dependem das ideias, pois podem ser compreendidas como sinônimos de imagem e somente são criadas pelas nossas experiências sensíveis. Para ele, a memória somente produz sequências com combinações de ideias que recebemos de nossa imaginação, pois ambas as faculdades podem se confundir, já que não podemos distinguir se estamos realmente experienciando algo ou imaginando.

Quando sonhamos, não temos como distinguir se é real ou não, já que a diferença entre imaginar algo ou memorizar depende muito da intensidade da memória. Para Hume, quanto mais encucamos com uma ideia, mais a transformamos em memória. Quando deixamos de lembrar de algo, também a memória vai perdendo foco e, com o passar do tempo, perde seu formato em nossa imaginação (HUME, 1979, p. 84-6).

3 CAPÍTULO II - O SABER DE HUME E A RAZÃO

Neste capítulo, entenderemos como Hume dialoga entre a razão humana e a animal, e quais as principais diferenças em relação à forma de pensar entre homens e animais. O autor afirma que se as inferências causais fossem feitas por algum raciocínio, ele deveria ser muito simples, pois tanto crianças como animais são capazes de aprender com a experiência. Para Hume, “se não é um argumento que obriga a mente a dar mais um passo, ela deve estar sendo conduzida por algum outro princípio de igual peso e autoridade” (HUME, 1972, p. 98).

3.1 Razão dos animais

Na seção XVI do livro *Tratado da natureza humana*, Hume começa dizendo que seria ridículo negar uma verdade tão evidente como a de que os animais são dotados de pensamento e razão, assim como os homens. Para o autor, os argumentos que mostram isso são tão óbvios que não escapam aos mais ingênuos e ignorantes. Ao contrário do homem, os animais não fazem conexão real entre os objetos. É somente pela experiência que inferem um dos outros.

Embora haja uma semelhança na experimentação de ações entre os homens e os animais, a inferência humana é mais complexa. Isso poderá ser visto já no primeiro exemplo a seguir, o que nos fornecerá um argumento incontestável da presente doutrina. Quando treinamos um cachorro para pegar a bolinha vermelha e entregá-la ao seu dono para, em seguida, receber um petisco, sabemos que o animal não distingue as cores; para ele, somente por meio da repetição de movimentos, realizada através da experiência, pode inferir que, ao pegar determinado objeto, será recompensado com comida.

O mesmo ocorre quando observamos uma criança de cinco anos que joga uma bolinha e a vê saltando várias vezes, pois essa criança irá inferir, a partir da experiência que teve, que todas as bolinhas saltam. Porém, quando toma por experiência uma outra bolinha, de aço, por exemplo, e realiza o mesmo ato feito anteriormente, aplicado às bolinhas de plástico, perceberá que a bolinha de aço não pula como a anterior, assim, a

criança aprende e infere mais uma observação que ao animal seria impossível distinguir, embora a apreensão de efeitos semelhantes de causas semelhantes seja a mesma para a criança e para o animal:

Não é a experiência que faz com que um cão tema a dor, quando o ameaçam e levantais o látego para enxotá-lo? Não é também a experiência que o faz responder por seu nome a inferir, de um som arbitrário, que o designais e não a alguns de seus companheiros, e que quereis chamá-lo, quando emite este som de uma certa maneira, com certa tonalidade e inflexão? (HUME, 1972, p. 98)

Aqui, Hume reforça a ideia de que a razão pode ser entendida como função ou como um somatório de funções da etologia³ do ser vivo. O ser humano, por natureza, é um Ser em constante desenvolvimento que infere e modifica radicalmente o mundo à sua volta, porém, ele não se vê no mundo selvagem no qual habita os animais irracionais. O autor, em sua obra *Investigações acêrca do entendimento humano*, argumenta:

Que os animais inferem um fato que ultrapassa aquilo que impressiona imediatamente seus sentidos, e que esta experiência está completamente fundada na experiência passada, visto que a criatura espera do objeto presente os mesmos resultados que em sua observação, sempre tem visto derivar de objetos semelhantes. Porém nem os animais e nem as crianças são guiadas por raciocínios nestas inferências[...] a natureza deve ter fornecido alguns outros princípios de aplicação e de uso mais rápido e mais geral, visto que uma operação de tão grande importância na vida como é a inferência de efeitos a partir de suas causas não pode ser confiada a um processo inseguro do raciocínio e da argumentação. Pois para os seres irracionais não é permitido a dúvida. (HUME, 1972, p. 99).

Ao considerarmos o que diz Hume, o próprio raciocínio experimental que possuímos em comum com os animais e do qual depende toda a conduta da vida, perceberemos que nada é senão uma espécie de instinto ou poder mecânico, ou seja, um hábito, agindo em nós de um modo desconhecido de nós mesmos nas principais operações cotidianas. Embora os instintos sejam diferentes, o mesmo instinto que ensina o homem a evitar o fogo ensina também o cão a cuidar de seus filhotes e protegê-los do perigo a que estão expostos.

³ Estudo do comportamento social e individual dos animais em seu habitat natural.

Debruçando ainda mais sobre os estudos de Hume e entendendo melhor seu pensamento em relação à origem da razão dos animais, tomemos o exemplo do processo natural sofrido pelos animais durante milhões de anos de acumulação de experiências, explicado pela ótica evolucionista, para reforçar nossa fundamentação. Darwin, em *A Origem do homem*, de 1871, afirma que:

De todas as faculdades da mente humana, será, eu presumo, admitido que a razão se encontra no topo. Apenas algumas poucas pessoas atualmente disputam se animais possuem algum poder de raciocínio. Animais podem ser vistos constantemente a fazer uma pausa, deliberar e resolver. É um fato significativo que, quanto mais os hábitos de qualquer animal particular são estudados por um naturalista, mais ele os atribui à razão e menos a instintos não-aprendidos (DARWIN, 1952, p. 292).

O naturalista inglês nos traz uma importante contribuição na área das ciências biológicas, reforçando o pensamento de Hume com relação à razão humana em detrimento da razão nos animais; essa razão entende-se, aqui, como um comportamento epistêmico adquirido e não herdado da geração anterior. Ou seja, para Darwin, os animais conseguem resolver problemas que não seriam solucionados apenas por hábitos apreendidos. Assim sendo, pode-se concluir que deliberam e se aprimoram através de uma forma “primitiva de razão”. Obviamente, não se pode entender tal afirmação como se Hume defendesse uma “epistemologia evolutiva”, pois, para o filósofo escocês, tal expressão era inadequada, visto que, em sua época, ainda não se entendia e nem se defendia o conceito de evolução dos seres vivos. Isso somente seria explicado e desenvolvido mais tarde por Charles Darwin, no século XIX.

3.2 Relação sistemática entre o homem e o animal

Para entender melhor a estreita relação racional entre o ser humano e o animal, tomemos como exemplo um estudo de Bueno (2020) que através de análises feitas por ressonância magnética concluiu que a convivência de cães com humanos alterou a estrutura cerebral dos animais. Seus estudos científicos dizem que a capacidade de cognição varia muito a partir da raça do cão, assim como seu comportamento.

Existem cães que conseguem ser mais facilmente treinados por humanos do que outras raças, porém, as origens neurais que causam tal diferença não são bem conhecidas. Os resultados desses estudos têm mostrado que, durante os milhares de anos de domesticação e de impactos causados por várias experiências têm-se alterado, significativamente, as interfaces neurais nos cérebros dos cães.

De acordo com Pat Shipman, paleoantropóloga da *Universidade Pennsylvania State*, nos Estados Unidos, ao se domesticar os animais, o homem contribuiu com o desenvolvimento de ferramentas e até mesmo da linguagem. O contato com esses animais conecta grandes saltos evolutivos, incluindo a criação de ferramentas de pedra, domesticação e linguagem (BUENO, 2020).

Tudo isso colabora com os escritos de Hume, pois, ao afirmar que os animais também aprendem com as experiências, traz o ideário de que, possivelmente, o convívio com o ser humano tenha aprimorado e aumentado a capacidade desses animais de “experienciar” e que tenha feito evoluir significativamente a sua relação de fenótipo ambiente⁴, melhorando não somente as capacidades genóticas, mas também a capacidade de apreensão de imagens através da observação de hábitos humanos em consequências de treinamentos e castigos impostos. Para Hume, a razão só existe por meio da experiência.

Hume nos diz que as inferências, quando causais, se pudessem ser bem raciocinadas, deveriam ser vistas de modo muito simples (HUME, 1972, p. 98). Tomemos como exemplo o fato de as crianças e os animais serem capazes de aprender pela mesma experiência. A ação de pegar uma bolinha vermelha será a mesma, contudo, o animal executa a ação apenas para receber em troca um petisco, enquanto que a criança levantará questionamentos como o porquê a bolinha é redonda, o porquê é vermelha ou, ainda, por que ela precisa pegá-la.

Tudo isso nos mostra que o raciocínio não escapa às mais cuidadosas buscas filosóficas. Num segundo momento, Hume afirma que pelo fato de termos tido experiências, fazemos inferências ao constatarmos a repetibilidade e a contingencialidade

⁴ O fenótipo de um organismo é resultado da interação de seu genótipo com o ambiente no qual se encontra. Dessa forma, as características de um mesmo organismo podem ser diferentes caso ele se encontre em ambientes muito distintos

das ações a ponto de se tornar natural para nós (HUME, 1972, p. 98). O autor afirma também que a natureza certamente é capaz de produzir tudo aquilo que pode surgir do hábito, pois, para ele, o hábito é a natureza humana dotada de disposições e instintos, sendo assim, útil para que o ser humano continue sobrevivendo no mundo. Monteiro (1984, p. 113), comentador de Hume, afirma acerca do hábito:

Com esse instinto, foi a própria natureza que nos ofereceu a possibilidade de prever as suas próprias regularidades. Mas em que sentido devemos tomar aqui a palavra “sabedoria”? Qual será esse peculiar procedimento da natureza, através do qual se supõe que ela foi capaz de nos oferecer esse instinto, o qual nos permite inferir efeitos semelhantes de causas semelhantes e prever acontecimentos futuros, conseguindo assim sobreviver no mundo em que habitamos?

Monteiro se pergunta se as regras desses instintos que geram as ações humanas e que ditam as regras para sua sobrevivência, que poderíamos chamar de sabedoria intrínseca, estariam também válidas para os animais ditos irracionais. É o que iremos tentar compreender nos tópicos a seguir usando a filosofia de Hume.

3.3. O instinto natural no conhecimento do mundo

Partindo de sua análise, Hume explica que é público e notório que tanto os homens quanto os animais só conseguem aprender através da experiência, pois é a partir dela que há a inferência de que ao se realizar o mesmo evento o resultado será o mesmo. Diante disso, tanto animais como homens se familiarizam com os eventos resultantes de suas ações e são impactados por objetos externos. Portanto, desde seus nascimentos, vão gradualmente acumulando os resultados de suas ações e, assim, descobrindo a natureza do fogo, da terra, das pedras, da água, do frio, das profundidades, das altitudes e de tudo que resulta de suas ações (HUME, 1972, p. 99).

Porém, o homem, diferente dos animais, é impelido constantemente a mudar e isso impõe diferenças graduais na capacidade de experienciar sempre algo novo, aumentando sua capacidade de pensamento e dedução e auxiliando, significativamente, no efeito de conduzir a humanidade na sua capacidade de manifestar o seu aprendizado sempre de forma singular e muito diferente da dos animais.

Então, qual seria a alternativa para Hume, que possa fornecer uma pista para entendermos o sentido da “sabedoria da natureza”? Como o homem pode ter desenvolvido um instinto fundamental para conhecer melhor o planeta em que vive? Matos (2005, p. 271), a partir de comentários de Hume, apresenta-nos a resposta para isso: a natureza se organiza, partindo das regularidades inerentes sem envolver seres divinos. Portanto, essa tese parte do pressuposto de que a matéria que constitui o universo é composta de suas próprias leis. Ou seja, o princípio ordenador que falamos aqui é o de preservar as formas mais perfeitas e estáveis e destruir aquelas imperfeitas e instáveis. Isto é uma lei universal que se aplica a todas as diversas formas de vida individuais na natureza.

Para Hume, o responsável pelas inferências causais e pela sua utilidade para a sobrevivência de qualquer espécie é o hábito e não a razão. Ao admitirmos tal explicação da operação de princípios naturais, podemos compreender um pouco sobre a epistemologia de Hume. De uma maneira bastante simples, podemos entender o seguinte quadro: o hábito é para ele um instinto que se desenvolve e que, à medida que os animais aprendem pelas novas experiências, aprimoram-se cada vez mais.

3.4. O hábito: A gênese da natureza

Ao estudarmos a teoria da ordem e da enorme diversidade das formas defendida por Hume, que segundo ele somente pode ser entendida na operação de princípios naturais, podemos entender uma pequena parte de sua epistemologia e que ela caminha segundo uma ordem natural. Para o autor, o hábito é um instinto que se desenvolve desde o momento em que as formas de vida são capazes de predizer melhor as regularidades causais, e tende a ser cada vez mais estável à medida que estreita suas relações com outros seres e com o ambiente em geral (HUME, 1979).

Existem versões contemporâneas a essa cosmológica de selecionar os mais estáveis. A mais conhecida é a de Dawkins (1979)⁵. É assim que podemos entender o

⁵ Clinton Richard Dawkins FRS (Nairóbi, 26 de março de 1941) é um etólogo, biólogo evolutivo e escritor britânico. Ele ganhou destaque como seu livro *O Gene Egoísta*, de 1976, que popularizou a visão da evolução centrada nos genes e introduziu o termo *meme*. Em 1982, ele introduziu, na biologia evolutiva, a ideia de *fenótipo estendido* - segundo a qual os efeitos fenotípicos de um gene não são necessariamente limitados ao corpo de um organismo, mas podem ampliar-se também ao meio ambiente.

termo "sabedoria da natureza" que, segundo os estudos de Hume, fornece uma explicação razoável para a existência de hábitos.

Em sua epistemologia, Hume afirma que toda forma de conhecer deriva de causas naturais, o que possibilita o indivíduo coordenar saberes de diferentes atos realizados, encadeando-os em um mesmo entendimento da natureza em geral. Aqui podemos tomar como exemplo a capacidade de investigar e dialogar que estão presentes na natureza humana. Isso nos ajuda a entender Hume por uma ótica positiva filosófica, pois não o vemos aqui como um mero cético que rejeita suposições e conjecturas. Para ele, como dissemos no decorrer desta monografia, é somente pelo raciocínio experimental que encontramos o melhor método para estudar a natureza humana (NOXON, 1973, p. 13).

Na época de Hume, não era uma ortodoxia intelectual deformada ou excessiva pensar que os argumentos fixistas⁶ eram mais plausíveis do que os argumentos da transfiguração. Esse é o resultado da aplicação rigorosa do mesmo método experimental que identificou a possibilidade de desenvolver uma teoria sobre a natureza humana, levando em conta princípios naturais como os hábitos. Embora alguns dos estudiosos contemporâneos do autor tenham visto a teoria da transformação das espécies como uma possibilidade, o conceito de espécie como uma categoria definida é, portanto, fixa e está tão arraigado que a evolução continua sendo uma ideia excessivamente especulativa que não requer nenhum compromisso (MATOS, 2007).

De qualquer forma, sempre foi uma característica muito relevante dessa epistemologia que Hume definiu como parte fundamental do processo cognitivo humano em termos das relações humanas com o meio ambiente. Para ele, crenças causais resultantes desempenham um papel importante (MATOS, 2007). Há experiência da combinação repetida de eventos na formação de crenças causais. Se a presença de um objeto não inspirar imediatamente pensamentos sobre o objeto ao qual ele está geralmente associado, então todo o nosso conhecimento terá que ser confinado aos estreitos limites de nossa memória e sentidos, e nunca seremos capazes de ajustar os

⁶ O fixismo propunha na biologia que todas as espécies foram criadas tal como são por poder divino, e permaneceriam assim, imutáveis, por toda sua existência, sem que jamais ocorressem mudanças significativas na sua descendência. Um dos maiores defensores do fixismo foi o naturalista francês Georges Cuvier.

meios para um fim ou usar nossos poderes naturais para gerar boa vontade, ou evitar o mal (HUME, 2000, p.148).

O homem pode planejar suas ações futuras através do conhecimento de fatos não observados imediatamente: é isso que Hume apresenta. Ao planejar suas ações, você pode economizar energia valiosa, além de competir pelos recursos disponíveis em seu ambiente. Ou seja, devido ao sucesso do hábito, a natureza humana alcançou uma estabilidade relativamente alta e todas essas observações se apoiam nos aspectos ecológicos envolvidos na teoria do conhecimento causal de Hume (MONTEIRO, 1984).

3.5. Relação causal entre homem e animal

A interação entre os seres vivos e o meio ambiente e sua relação com os demais animais é entendido por Hume pelo vocábulo “ecológico”. Essa interação interfere no comportamento de todo organismo. E é na seção XVI, do *Tratado da Natureza Humana*, intitulada “Sobre a Razão dos Animais”, que Hume vai desenvolver sua explicação da relação entre os conhecimentos do homem e o dos animais e a concomitante parte da natureza humana. O filósofo argumenta que “Todas as nossas justificativas sobre fatos são baseadas em comparações que nos permitem esperar de qualquer causa o mesmo evento que observamos por uma causa semelhante” (HUME, 2000, p. 209).

Portanto, se queremos entender a relação de causalidade entre os dois eventos que posteriormente nos levam a concluir uma forma de regularidade, qualquer caso deve se confirmar com tal conexão e posteriormente essa consistência.

Na medida em que as analogias podem ser estendidas a casos mais semelhantes, ela apenas confirma e torna mais poderosas as conclusões baseadas em tais analogias. É claro que cada caso é entendido como uma evidência que existe no pensamento experimental, isto é, uma regularidade estabelecida. Assim sendo, Hume discute que “qualquer teoria que explique o funcionamento da mente, ou a origem e conexão das paixões no homem, lucrará mais autoridade quando descobrimos que a mesma teoria é necessária para explicar os mesmos fenômenos em todos os outros animais” ou seja:

(...)consideremos que existe evidentemente a mesma relação de ideias, e derivada das mesmas, nas causas, nas mentes dos animais e dos homens. Um

cachorro que escondeu um osso frequentemente esquece o lugar onde o escondeu: mas quando o trazemos a esse lugar, seu pensamento passa facilmente àquilo que havia escondido, pela contiguidade, que produz uma relação entre as ideias. Assim também, quando foi duramente castigado em determinado local, tremerá de medo ao se aproximar dali, mesmo que não descubra nenhum sinal de perigo imediato. Os efeitos da semelhança não são tão notáveis: mas como essa relação constitui um ingrediente importante da causalidade, da qual todos os animais mostram uma apreciação tão evidente, podemos concluir que as três relações, de semelhança, contiguidade e causalidade, operam da mesma maneira sobre os animais e sobre os humanos. (HUME, 2000, p. 359)

Tal afirmação é muito importante, pois assume que, ao se estudar a natureza humana, é preciso entender que existe uma ínfima ligação com as propriedades de outros animais, ou seja, qualquer estudo levantado para explicar a etologia animal está intimamente ligado à explicação da vida humana. Sendo assim, todas as formas de agir dos seres vivos da natureza estão sobre a égide das mesmas leis naturais que todos devem obedecer. O que significa que se supõe que os animais são cognitivamente capazes e que existem escalas de atividade cognitiva de vários graus, mesmo muito temporárias e gerais (HUME, 2000, p. 209).

Ao se afirmar que outros animais aprendem com a experiência do mesmo jeito que os seres humanos, Hume se envereda por discutir a inteligência e o aprendizado. Assim sendo, ele teoriza que existe algo que permite aos animais desenvolverem o conhecimento causal ao qual ele denomina de “princípios naturais”. Para o autor, por meio desses princípios, o animal consegue fazer ligações com as propriedades mais óbvias de objetos externos, que vão impactando seus sentidos desde o nascimento e, dessa forma, os indivíduos vão acumulando conhecimento de várias propriedades como, por exemplo, que o fogo causa dor quando tocado, que a água serve para matar a sede e que as pedras são duras e que não se pode comê-las. Compreendem, assim, os efeitos do funcionamento dessas coisas (HUME, 2000, p. 209-216).

Partindo desse princípio, tanto os animais quanto os humanos aprendem a sobreviver no meio ambiente, compreendendo os efeitos compostos pelas leis de causa e efeito. As leis de causa e efeito se juntam para formar um complexo sistema que comporta nossa realidade a qual está muito além de meras observações imediatas. Para Hume, isso se encontra no reino das crenças e das expectativas, derivando, delas, valores de sobrevivência, pois moldam os comportamentos dos indivíduos. Porém, as

discussões sobre a inteligência entre homens e animais só serão mais intimamente estudadas por Darwin no século XIX.

No caso de Hume, os argumentos a favor do comportamento cognitivo animal somente nos levam a notar o que ele chama de capacidade de inferência. É importante notar que Hume usa a palavra "inferência", ou seja, faz conclusões além do escopo do caso real observado. Portanto, nos animais, mesmo que o seu comportamento seja semelhante ao comportamento inteligente, é somente pela memória dos resultados dos eventos passados, experienciados, que ele infere e isso em nada tem a ver com atividade cognitiva no sentido de encontrar regularidade nos eventos realizados, como ocorre na mente humana.

De acordo com Hume, os animais agem apenas na evidência direta ou na memória, pois eles não raciocinam. Já que o conhecimento causal humano também não vem da razão. Evidentemente que Hume está falando aqui de conhecimento de leis causais, não somente uma explicação de memória e observação. Comentando seu exemplo, ele disse que constatamos que um animal infere algo a partir daquilo que sensibiliza seus sentidos imediatamente e que as inferências por ele levantadas estão puramente ligadas ao fato de ter experienciado tal fato anterior por várias vezes consecutivas e observou que tal fato se apresentava da mesma forma todas as vezes que era realizado da mesma maneira (HUME, 2000, p. 209).

Ao afirmar que os animais fazem inferências sobre o mundo em que experienciam, Hume quer explicar também que as inferências tidas pelos mesmos são relativamente suficientes para que eles possam se manter ágeis e estáveis na natureza, pois, para o autor, as leis e os princípios observados na natureza não moldam somente o comportamento cognitivo do ser humano, mas também podem moldar comportamento de outros animais que apresentam comportamento semelhante.

Portanto, não há escolha a não ser reconhecer que os princípios que levam os animais à inferência são semelhantes àqueles que levam os humanos a inferir. Ainda mais porque esta inferência do animal não pode ser baseada em algum tipo de argumento ou processo de raciocínio que o leve a concluir que resultados semelhantes devem vir de objetos semelhantes (HUME, 2000, p. 210).

3.6 A razão

Para Hume, a razão entendida como instrumento de sobrevivência é demasiadamente incerta e fraca, comparando-a aos fundamentos fornecidos pela “sabedoria da natureza”, que são dados tanto ao homem quanto ao animal. Ele afirma que a natureza deve ter provido algum outro princípio de aplicação mais imediata e mais geral; e, de fato, uma operação de tamanha importância para a vida, como a operação de inferir efeitos a partir de causas, não poderia estar confiada ao processo incerto do raciocínio e da argumentação (HUME, 2000, p. 211).

Vemos que a continuidade entre as estruturas cognitivas de humanos e outros animais se confirma aqui. A necessidade de sobreviver e se adaptar ao meio ambiente exige que os seres vivos sejam capazes de predizer regularidades na forma de relações causais. Somente assim as impressões de eventos e coisas atuais podem se tornar sinais de eventos e coisas futuras ou distantes. Aqueles que consideram essa questão de um ponto de vista evolutivo podem objetar neste ponto da discussão que a inteligência é um desenvolvimento muito tardio e é uma capacidade das espécies que se desenvolve muito lentamente.

Conseqüentemente, um animal não pode sobreviver por muito tempo se dependesse da inteligência para conhecer o ambiente em que se encontra. Além disso, a maioria dos animais neste mundo nem sequer tem essa habilidade. É de fato interessante que a seção no *Tratado da Natureza Humana* se intitula "Sobre a razão dos animais", e Hume se apressa em afirmar que o conhecimento causal não é baseado em expectativas inatas nem nos humanos nem nos animais que o manifestam e que não depende da razão, mas sim do “instinto natural”.

Como Hume não considerou essa questão evolutivamente, a conjectura do desenvolvimento tardio pode ser entendida sob uma luz diferente. Em vez de falar sobre espécies, você pode falar sobre a vida de uma pessoa. Ou seja, nos primeiros anos de vida, o indivíduo ainda não desenvolveu sua capacidade de raciocínio e argumentação e, apesar disso, precisa se adaptar ao meio ambiente através de conhecimento proveniente da experiência. Então, entendemos que esse princípio de conhecimento não parte da razão e que, para Hume, serve para que tanto humanos quanto animais

“compreendam” as leis que regem o mundo. Para ele, esse princípio é algo que já nasce com os seres vivos e podemos entendê-lo como hábito ou princípio habitual, como já mencionamos anteriormente.

Os animais, como disse Hume, têm muitas coisas que adquirem das mãos da natureza, e suas habilidades excedem em muito o que possuem em situações comuns, do dia a dia. E é por isso que o autor coloca o instinto como um extraordinário efeito inexplicável presente em todos os humanos e animais (HUME, 2000, p. 337-342).

À medida que humanos e animais vão convivendo e sendo impactados por objetos exteriores, seu comportamento também é afetado, desempenhando papel fundamental na luta de cada um por sua própria sobrevivência. Assim sendo, o conhecimento causal não se baseia inteiramente em expectativas inatas, pois, para Hume, o hábito funciona como um instinto que forma tais expectativas. São essas expectativas adquiridas por exercício do hábito que provêm os instintos inatos.

Segundo Matos (2007), para se chegar ao modelo epistemológico de Hume, no qual mecanismos instintivos naturais concorrem na criação de crenças, três temas de sua filosofia são basicamente levados em conta. E vamos aqui apenas citá-las para darmos continuidade ao entendimento humano no próximo capítulo: primeiro, a teoria da ordem natural, que aparece em *Diálogos da Natureza e da Religião* e apresenta que várias formas de ordem e de adaptação surgem do acordo de princípios inerentes à própria natureza. Depois, seria a teoria do conhecimento causal na qual um instinto natural – o hábito – é identificado como produtor de expectativas ou crenças sobre fatos que a razão não pode produzir. O terceiro tema demonstra que a analogia do conhecimento em humanos e outros animais é o grau biológico do instinto natural de gerar conhecimento a partir da experiência.

4 Capítulo III - O ENTENDIMENTO HUMANO

Neste terceiro capítulo abordaremos o caráter da epistemologia de Hume no que concerne aos limites do conhecimento humano, através das relações que se estabelecem no que diz respeito a um ser que se indaga para o entendimento entre as polaridades tradicionais do processo cognitivo dentro de uma teoria do conhecimento.

4.1 Caráter epistemológico entre o homem e o animal

Segundo Matos (2005), comentador de Hume, ao estudarmos a teoria do conhecimento podemos nos perguntar até que ponto a filosofia está ou não em condições de julgar a nossa natureza biológica e se isso seria relevante para a teoria do conhecimento. Na filosofia contemporânea, a razão sempre foi predominantemente uma faculdade ligada ao homem, tornando-o o mais evoluído de todos os seres vivos.

Estudar a mente humana, aprofundando-se na capacidade que o homem tem de raciocinar e de conhecer, sempre foi algo motivador aos pensadores. Contudo, essa habilidade não era considerada parte das ciências naturais e não havia sido ainda lançada ao público uma teoria que contasse com suficiente força conceitual e experimental para unificar os dois campos, partindo de uma teoria do conhecimento que fornecesse um maior entendimento do funcionamento da mente humana.

Até aqui entendemos que a distinção tradicionalmente aceita entre humanos e animais irracionais é baseada em um critério de habilidade cognitiva. Ninguém duvida que exista de fato uma grande disparidade entre o comportamento cognitivo de humanos e o de animais. Ao estudarmos a teoria do conhecimento atual, essa distinção geralmente se baseia na compreensão que temos hoje sobre a mente.

Um filósofo famoso que defendeu a compreensão da mente foi Descartes. Para ele, a razão é algo que fundamenta qualquer ser na busca pela verdade, sendo, dessa forma, algo imprescindível na distinção do ser humano. O autor afirma que "sobre a razão ou o bom senso, visto que é a única coisa que nos torna humanos e nos separa dos animais, desejo acreditar que ela está plenamente presente em todos, e nisso sigo a opinião geral dos filósofos" (DESCARTES, 1987, p. 29).

Ao estudarmos Hume, observamos que ele somente não concordava com Descartes no que diz respeito à tese dos *animais máquinas*, que compara os animais a seres autômatos, como eram conhecidos certos brinquedos de sua época e que funcionavam dando-se corda. O propósito de Hume se baseava em demonstrar que os animais também aprendiam e deliberavam através do Hábito. Por isso, o filósofo parte do conhecimento de que os animais são dotados de “raciocínios experimentais” para trazer a ideia de que eles inferem casualmente por meio de algum mecanismo de imaginação, descrito pelo autor como sendo um costume ou um hábito, e de que não agem somente por uma razão baseada em abstração. Iremos estudar e aprofundar mais sobre *costume e hábito* no tópico seguinte.

Para Hume, desde que o animal nasce, ele vai aprendendo com as experiências. O mesmo acontece com o homem. Portanto, podemos notar que quanto mais velho é o animal ou o homem, mais coisas terá experienciado e mais conhecimento ambos terão adquirido em relação ao funcionamento das causas naturais. Em seu livro *Tratado da natureza humana*, Hume nos apresenta o exemplo de um cachorro que não pula no precipício nem entra no fogo e que late para pessoas estranhas cuidando de seu dono, atitudes estas que ele classifica como ações essencialmente de sua “natureza vulgar” (HUME, 2009, p.177).

O interesse pelo conhecimento humano, em especial pelas ciências naturais, tem colocado, como disse anteriormente, epistemólogos a se debruçar sobre tal conhecimento como fenômeno evolutivo, designados como fenômenos naturais. Esses fenômenos são explicados melhor por Charles Darwin no século XIX que percebe várias diferenças entre o conhecimento humano e o de outras espécies, pois são campos importantíssimos para a construção de um diálogo de discussão sobre um panorama científico e filosófico para o entendimento e o aprofundamento da filosofia da mente.

Temos autores como Hull, Ruth e Popper que estão ajudando a dar novos rumos a uma epistemologia para que ela parta do princípio da evolução biológica, ou seja, uma epistemologia evolutiva⁷ a fim de que a ciência busque compreender um padrão

⁷ A epistemologia evolucionista é uma abordagem naturalista à epistemologia que enfatiza a importância da seleção natural em dois papéis principais. No primeiro papel, a seleção é o que gera e mantém a confiabilidade dos nossos sentidos e a dos nossos mecanismos cognitivos, assim como o “ajuste” entre

progressivo de distinção entre humanos e animais. Por uma outra perspectiva, temos também autores, como Dannede Dawkins, que vão totalmente contra uma epistemologia evolutiva. Eles partem do princípio de reflexão de fenômenos complexos da ciência moral que podem resultar de eventos de menor complexidade como o ato de lutar pela vida e a transmissão de material genético. Isso seria visto somente com as obras de Darwin que se aprofundam em tais questões, mas não iremos nos aprofundar sobre isso, pois fugiremos ao tema de nossa monografia.

Mesmo que teorias consagradas (principalmente a partir do paradigma Darwiniano) tenham mostrado as similaridades entre o que se tem chamado de “razão” no homem e o que se poderia chamar de “razão” nos animais, ainda se permanece uma via argumentativa que quer mostrar que a teoria do conhecimento não deveria se sentir afetada profundamente por essas descobertas. Se não fosse assim, a teoria do conhecimento poderia se dirigir folgadoamente pela via aberta pelo naturalismo evolucionista. O caso é que a epistemologia pode muito bem ser pensada, como Nagel⁸ o faz, por exemplo, como algo anterior ou, no mínimo, como um estudo de outra ordem, em relação à descrição do homem como um ser vivo entre outros (MATOS, 2011).

4.2 Hábito ou costume

Ao analisarmos os termos *hábitos* e *costumes* no *Tratado da Natureza humana*, de Hume, notamos que o autor delimita vários conceitos epistemológicos sobre o entendimento humano. Segundo ele, esta relação entre hábito e costume estaria ligada ao *logos*, é a imaginação, uma faculdade até então não reconhecida como epistemologicamente relevante, mas que desempenha a função central na formação das crenças causais. Ela é alimentada pela experiência da conjunção constante de causas e

esses mecanismos e o mundo. No segundo papel, o aprendizado por tentativa e erro e a evolução das teorias científicas são interpretados como processos da seleção.

⁸ Thomas Nagel (Belgrado, 4 de Julho de 1937) é um filósofo dos Estados Unidos, professor de Filosofia e Direito na Universidade de Nova Iorque. Seus trabalhos se concentram em filosofia da mente, filosofia política e ética. É conhecido por sua crítica aos estudos reducionistas sobre a mente.

efeitos em casos similares, conjunção essa que estabelece um “costume” ou um “hábito” intelectual.

Segundo o filósofo escocês, o hábito leva a todos chegarem à conclusão de que cada coisa que tocamos habitualmente faz com que a imaginação conceba algo particular, chamada de objetos de crença (HUME, 2000, p. 112-115). O Hábito ou o Instinto produz saberes na forma de crenças causais, e esse instinto é aprimorado pelas experiências. Todos os animais estão sobre a égide da natureza que gera vários mecanismos de adaptação para a sobrevivência de qualquer espécie vivendo no mundo.

Para o autor, a razão definitivamente não pode nos apresentar que objetos que experienciamos possa implicar na relação com outro objeto como quando somos de certa forma impressionados ou passamos a acreditar em sua existência. Não é a razão que nos faz chegar a tal conclusão. Isso somente é possível pelo costume ou pelo hábito através do que ele chama de *princípio de associação* (HUME, 2000, p. 209-210).

Mesmo que a pessoa tenha experiência de um fato e que tenha sido impactada pela conjunção de fenômenos regulares, não é pela razão que ela adquire o conhecimento de como um primeiro objeto produz um segundo. Tomemos como exemplo a matéria barro que se transforma em vaso pelas mãos do oleiro; somente poderá passar pela mente humana o que tal objeto é e o que poderá ser, no caso um vaso ou um prato, pelo motivo de o oleiro ter experienciado anteriormente tal fato. Isso não poderia ser raciocinado e imaginado sem que antes se tivesse sido experienciado. Vejamos o que o autor apresenta sobre isso:

O costume é, então, o grande guia da vida humana. É só esse princípio que torna nossa experiência útil para nós, e faz-nos esperar, no futuro, uma sequência de eventos similares aos que apareceram no passado. Sem a influência do costume seríamos inteiramente ignorantes acerca de toda questão de fato além das que estão imediatamente presentes à memória e aos sentidos. Jamais saberíamos como adequar meios a fins, nem como empregar nossos poderes naturais para produzir um efeito qualquer. Pôr-se-ia de imediato um fim a toda ação, bem como à parte principal da especulação. (HUME, 2000, p. 458-460)

Hume nos diz que as conclusões a que chegamos passam pelo princípio do hábito ou do costume, pois quando realizamos uma operação e observamos que depois de realizado obtemos sempre o mesmo se repetido na mesma operação não somos impelidos por um raciocínio ou um entendimento. Esse efeito somente é conseguido

através de uma apreensão invariavelmente mecânica, que ele chama de costume. Para o filósofo, tal processo é uma operação da nossa mente que nos faz crer em questões de fatos por uma espécie de "instinto natural", ou seja, não é através de raciocínios ou inteligência que se produz "conhecimento", mas sim pelo que se deduz por paixões de caráter automático que são imprescindíveis para a vida humana.

Para Hume, os animais irracionais também inferem sobre aquilo que lhes afeta os sentidos, transportando da imaginação deles a aparição de algo para conceber outro algo de outrem; isso somente é possível por um modo particular que ele chama de *crença* (HUME, 1972).

Como já falamos no capítulo anterior, a razão, para David Hume, não influencia na tomada de ideias, ela somente funciona como fator determinante para conhecer objetos das nossas paixões sem ser capaz de interferir em nossas ações. Para o autor, ela age para formar conhecimentos que podem ser comprovados na formação de crenças, mas somente as paixões seriam capazes de conduzir as ações (HUME, 2000, p. 498).

Segundo Hume, os animais também podem sentir paixões. As capacidades mentais entre humanos e animais diferem apenas de grau, ambos ajudam a mente a funcionar pelo exercício da razão prática e do hábito da experiência e, para tal, estão sujeitos às dores e aos prazeres que derivam das paixões, porém, os animais irracionais são pouco influenciados por tais paixões, pois requerem um maior esforço da imaginação ou do pensamento (HUME, 2000, p. 431).

4.3 Do amor e do ódio dos animais

Sobre o amor e o ódio, Hume se posiciona dizendo que eles abrangem também as paixões no que diz respeito às ações de humildade e orgulho e estão inatos em todas as espécies animais. Para ele "a produção de paixões como amor e ódio tem sua causa no outro, por meio de uma dupla relação, de impressões e ideias: o sujeito percebe impressões sensíveis de dor e prazer, as quais se refletirão em novas impressões (as paixões) pelo intermédio de uma associação de ideias" (HUME, 2000, p. 364-371).

Com David Hume, podemos entender um pouco melhor a simpatia como algo que é natural nos seres humanos e que é desenvolvida a depender da experiência de cada um, por meio da progressão de afetos que modifica nossas distinções morais e interfere nelas. Muitas pessoas no mundo de hoje olham para os animais como seres desprovidos de qualquer sentimento e utilizam-nos como fonte de alimento indispensável, rotulando-os como um mero produto comercial, desprovidos de subjetividade (SILVA, 2013).

Em geral, Hume acredita que, assim como os homens, os animais são providos de pensamento e razão, justamente pela semelhança entre ambos nas operações de tomadas de decisão em favor da própria sobrevivência. O argumento mais forte em prol dessa semelhança provém de observações empíricas: nossas ações externas e nossa vida prática se assemelham àquelas dos animais. Essa comparação nos permitirá concluir que nossas manobras mentais também são semelhantes às dos animais (HUME, 2000, p. 300).

Se partirmos pelo lado de estudos da medicina veterinária, observaremos que há certas semelhanças na fisiologia do funcionamento de alguns órgãos de animais se comparados aos seres humanos, porém, resta-nos saber se as mesmas paixões operam as mesmas causas. Já sabemos que tanto os animais como os humanos respondem da mesma forma quando estimulados nas sensações de dor e prazer, como relatou Hume (2000). Ao observarmos tanto seres humanos quanto animais, notamos que em ambos as causas de paixões, de orgulho e de humildade produzem sensações boas ou ruins. No caso dos animais, Hume afirma que elas não estão na mente ou nos objetos externos; ele entende que toda essas sensações nos animais limitam-se a extensões do próprio corpo que produzem as sensações boas ou não.

Observemos o andar de um pavão exibindo sua linda cauda e se sentindo orgulhoso em relação aos outros machos da mesma espécie. Certamente, ele apresenta uma sensação agradável relacionada à sua imposição do “eu” diante das fêmeas: tal exibição se dá para elas a fim de atraí-las para o acasalamento. Esse exemplo nos faz entender a geração de uma paixão de orgulho. Da mesma forma, um homem ou uma mulher que vai à academia sente orgulho ao ver seu corpo malhado.

Portanto, para Hume podemos concluir que a relação de orgulho e de beleza física produz as mesmas sensações de qualidades agradáveis ao corpo, produzindo, assim,

sensação de bem-estar em ambas as espécies, tanto ao homem quanto aos animais irracionais. Porém, não temos como afirmar que a semelhança dos prazeres gerados pelas paixões tanto em animais quanto em humanos operam da mesma maneira.

Para o pensador, a dupla relação de impressão de ideias produz as paixões. As ideias, como já lemos no primeiro capítulo, estão associadas à imaginação, partindo de princípios de semelhança, causalidade e contiguidade. A mente dos seres humanos e a dos animais seguem uma ordem que conduz a uma série de sentimentos que estão interconectados e reproduzem as relações de contiguidade, semelhança e causalidade que operam os sentimentos, tantos no homem quanto nos animais (HUME, 2000, p. 350).

Segundo Silva, (2013) ao comentar Hume diz que toda forma de percepção está intimamente dependente de uma paixão que derivou de uma forte impressão de dor ou prazer, contudo, todo objeto que se apresenta nas percepções sensoriais está acompanhado por uma emoção, assim como a imaginação, acompanhada de sentimento, forma toda imagem que se apresenta na mente. Portanto, se tanto nos seres humanos quanto nos animais as paixões se formam da mesma maneira, podemos deduzir que elas também surgem das mesmas causas, sendo, então, operadas também pelas mesmas causas.

É importantíssimo frisar que na obra o *Tratado da natureza Humana*, Hume não deixa de lado o seu sistema de analogias do método para que possamos entender como funciona a razão e as paixões dos animais. Mesmo encontrando algumas diferenças entre os seres humanos e os animais irracionais, notam-se semelhanças fisiológicas e mentais que, como diz Silva (2013), “avigoram a alegação de similitude destes fenômenos nas experiências do homem e do animal”. Hume é bem claro em dizer que a afinidade que temos com os animais também é imbuída por uma capacidade de comunicação sentimental que é proporcionada por um princípio de simpatia. Todavia, mesmo invocando a capacidade que o homem tem de cuidar um do outro e de prestar atenção aos cuidados com os animais (HUME, 2000, p. 361), porém o autor nega que os animais tenham posições de agente morais ou seja “[...] os animais têm pouco ou nenhum sentido de virtude ou de vício [...]” (HUME, 2009, p. 361).

4.4 Ciência da natureza humana.

A primeira abordagem vê o ser humano como criatura social e ativa, influenciado pelos seus motivos e sentimentos. Para Hume, a tarefa filosófica é enfatizar os sentimentos humanos através da combinação de exemplos “arreatadores, retirados da vida comum com um estilo literário agradável, fazendo com que sintamos a diferença entre o vício e a virtude”, para que tais exemplos possam amenizar nossos corações em relação ao amor da probidade e da honra verdadeira (HUME, 2000, p. 400).

O projeto da verdadeira metafísica é a ciência da natureza humana: uma investigação séria sobre a natureza do entendimento humano, na qual podemos demarcar as partes da mente e descobrir os poderes e limites do entendimento humano, engajados num tipo de "geografia mental". A fundação exata e correta sobre a natureza humana pode fornecer uma imagem real dos poderes e limitações do entendimento humano e mostrará que as capacidades do entendimento humano não são projetadas para os objetivos misteriosos e abstrusos (HUME, 2000, p. 450).

Na produção do conhecimento moral, a experiência tem um papel fundante. Ao se conceber uma moral normativa, o filósofo afirma que ela elabora uma gênese que parte de uma natureza humana não voluntária, porque nosso primeiro sentimento moral está enraizado na mais profunda natureza de nossas paixões (HUME, 2000, p. 491).

Hume traz uma abordagem sobre a natureza humana partindo de um modo em que ela se forma a partir da maneira como o ser humano se relaciona com outras formas de vida existentes no mundo, e aqui não inclui somente os seres vivos, mas o próprio meio e suas condições. E estas relações são mediadas por hábitos que levam o ser humano a inferir e assim sendo se apresentam na forma de relação harmônica comportamental do indivíduo que o conhece (MATOS, 2007).

5 CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto e ao analisarmos o *Tratado da Natureza Humana* no que se refere a uma investigação sobre a razão nos animais, especificamente na seção intitulada “da razão nos animais”, percebemos que Hume chega à conclusão de que tanto os animais quanto o ser humano partilham da mesma capacidade de raciocinar causalmente. Dessa forma, o que diferencia um do outro está relacionado à qualidade e não ao gênero. Ou seja, a distinção está na forma complexa de inferências lógicas de raciocinar do ser humano que é diferente da dos outros animais.

Podemos concluir que a mesma coisa acontece quando um homem realiza um raciocínio causal, já que a razão não é capaz de mostrar o fundamento da conexão resultante entre eventos que aparecem na experiência. Se tivéssemos um argumento que respondesse a tal fato conclusivo, esse seria muito difícil para ser explicado pelo entendimento de um animal, pois, para tal, a experiência é imbuída de uma função importante para a sua sobrevivência e o seu aprendizado, não dependendo das oscilações a que a razão está sujeita.

Hume se preocupou em fazer uma análise criteriosa da ação humana, percebendo os motivos que em sua totalidade as determinam como um todo. O pensador escocês formulou um método experimental à filosofia, para que compreendamos realmente como o pensamento se dá no ser humano e como somos afetados emocionalmente à medida que o experienciamos no mundo e no convívio em sociedade.

Ao analisarmos o seu pensamento com relação à razão nas diferentes espécies, notamos que o filósofo nega que a capacidade de raciocinar de forma causal seja proveniente da razão. Para o autor, há presença de razão nos animais também, pois raciocinam casualmente. Entendemos que a capacidade de raciocinar nada mais é do que um instinto inerente a todos os animais.

A presença de tal instinto pode ser entendida a partir de uma teoria geral da natureza, a qual prevê que o nosso planeta é compreendido e gerido por leis e regularidades constantes, e sem a suposição da interferência de um plano ou desígnio divino. Isso conduz Hume à aproximação entre a capacidade cognitiva humana e a de outros animais, que também manifestam um aprendizado instintivo do tipo causal.

Embora o pensamento do filósofo, ao abordar sobre a racionalidade dos animais, possa ser comparado ao dos céticos modernos, ele tinha a intenção de comparar o nosso modo de agir diante ao animal, avaliando, dessa forma, com mais precisão, suas teorias perante a natureza humana. Para Hume, a investigação sobre o funcionamento da mente humana e a do animal passa por uma metodologia muito mais coesa e apurada que aquela apresentada pelo plano cartesiano. Dessa forma, ele se afasta de conclusões generalistas, como as usadas por filósofos modernos, no que diz respeito à razão e aos instintos dos animais.

O filósofo ainda nos diz que a aplicabilidade de uma hipótese da faculdade de realizar uma operação mental é comum aos homens e aos animais, todavia, deve-se aplicar essa hipótese a ambos.

Os animais, portanto, não formam conclusões gerais, pois, como explica Hume, um dos princípios gerais da natureza é o hábito. E a razão, então, pode ser entendida como função ou um somatório de funções da etologia do ser vivo. O ser humano, por natureza, é um Ser em constante desenvolvimento que infere e modifica radicalmente o mundo à sua volta, diferente do mundo natural em que habita os animais que não deduzem nem modifica sua rotina. Como exemplo, temos o pássaro João de barro que constrói sua casa do mesmo jeito há milênios e o ser humano não, e talvez aí esteja o verdadeiro elo para o entendimento da inteligência humana.

O mundo humano é um mundo modificado constantemente e isso impõe diferenças graduais na capacidade de pensar e deduzir, auxiliando, significativamente, no efeito de conduzir o ser humano na sua capacidade de manifestar seu comportamento cognitivo muito melhor do que na dos animais.

Concluimos também que o homem pensa a partir de uma capacidade de inferência e que esta inferência é feita a partir das experiências que levam também os animais a exercitarem o hábito ou costume e, assim, são carregadas de impressões de eventos externos que impactam tanto o homem quanto o animal.

Através dos instintos e paixões, homens e animais evoluem para o que mais tarde Hume chamaria de instinto natural, porém, o ser humano desenvolve uma capacidade cognitiva no sentido de encontrar regularidade naquilo que experiencia se questionando do porquê de cada ato que realiza, enquanto os animais apenas usam evidências em

suas memórias e não chegam a raciocinar com tamanha exatidão como faz o ser humano.

Ao tratar a respeito da investigação sobre o entendimento humano, Hume apresenta que a razão é inerente ao homem, enquanto, nos animais, é um instinto ou poder mecânico de raciocínio experimental compartilhado, isto é, há uma mudança de graus entre o homem e o animal nesse quesito. A razão, então, sendo inerente ao homem, é responsável por compor um importante parte do comportamento inteligente do qual depende toda condução da vida para todas as espécies animais, humanos e não humanos.

REFERÊNCIAS

- BUENO, C. A relação entre homens e animais transforma comportamentos dos humanos e dos bichos. **Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 72, n. 1, p. 09-11, jan. 2020. Fap UNIFESP (SciELO). <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000100004>.
- CONTE, J. **A natureza da filosofia de Hume**. Princípios, Natal, n. 28, p. 211-236, jul. 2010
- COVENTRY, A. M. **Compreender Hume**. Petrópolis: Vozes, 2009. 231 p.
- DARWIN, C. 1952. **The Origin of Species** [1859, 1860] & The Descent of Man [1871]. Chicago/London: William Benton Publisher, 347 p.
- DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: Edusp, 1979.
- DESCARTES, R. 1987. **Discurso do método**. São Paulo, Nova Cultural, 154 p. (Os Pensadores)
- DUTRA, C. **A ciência da Natureza Humana na Filosofia de Hume**. Contextura, Belo Horizonte, n. 12, p. 13-20, 12 jun. 2018.
- HUME, D. **Investigação acêrca do entendimento humano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. 192 p.
- HUME, D. **Enquiries Concerning Human Understanding**. Oxford: Oxford University Press, 304 p. 1999
- HUME, D. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP, 2000.
- HUME, D. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Unesp, 1979. 438 p. José Oscar de Almeida Marques.
- HUME, D. **Tratado da natureza humana**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2009.
- LUNARDI, G. M. HUME E A EXPERIÊNCIA DOS SENTIMENTOS. **Revista de Estudos Hum(E)Anos**, [s.], v. 6, n. 1, p. 106-120, jan. 2018.
- MATOS, J. C. M. **O naturalismo de Hume e a epistemologia evolutiva**. In: GUIMARÃES, Lívia (Org.). *Ensaio sobre Hume / II colóquio Hume*. Belo Horizonte: editora Segrac, 2005, p.149-155.
- MATOS, J. C. M. Instinto e razão na natureza humana, segundo Hume e Darwin. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 263-86, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000300002>. Acesso em: 18 set. 2022.

MATOS, J.C.M. **A questão da razão como critério distintivo entre homem e animal.** *Filosofia Unisinos*, Florianópolis Sc, v. 12, n1, p. 48-55, abr. 2011.

MONTEIRO, J. P. **Hume e a epistemologia.** Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda 1984.

NOXON, J. ***Humes philosophical development: a study of his methods*** Oxford: Clarendon Press, 1973.

ROSA, C. R. **Conhecimento: um diálogo entre Hume e Descartes.** 2012. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

SMITH, N. K. ***The philosophy of David Hume: a critical study of its origins and central doctrines*** New York: St. Martin's Press, 1966.

SILVA, L. B. **David Hume e a simpatia: em busca de uma ética não antropocêntrica.** 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.